



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

A.O.L.S.R
17/03/14

Vereadora - Rosângela Alfenas
Presidente da Câmara

Projeto de Resolução Nº 03/14

Cria a Escola Legislativa da Câmara Municipal de Ubá

Art. 1º Fica criada a Escola Legislativa da Câmara Municipal de Ubá.

Art. 2º À Escola Legislativa compete planejar, dirigir, controlar, coordenar, orientar e executar ações educacionais, em especial:

- I – desenvolver atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento cultural e profissional dos vereadores, servidores públicos e da população;
- II – desenvolver programas de formação, aperfeiçoamento e especialização técnica de pessoal;
- III – oferecer aos servidores da Câmara Municipal os recursos necessários, por meio de programas de formação, aperfeiçoamento e especialização, para assegurar a qualidade de suas atividades;
- IV – realizar cursos, palestras, debates e seminários, inclusive em parceria com instituições científicas e educacionais;
- V – aprofundar a aproximação entre a Câmara Municipal e a comunidade, por meio de projetos de educação política e de mecanismos de participação popular, visando ao fortalecimento do Poder Legislativo como instrumento essencial ao Estado Democrático e ao exercício da cidadania;
- VI – estimular e dar suporte ao desenvolvimento de projetos, estudos e atividades de pesquisa técnico-científica, voltados à Câmara Municipal, em cooperação com outras instituições de ensino;
- VII – editar publicações sobre temas de relevância para as atividades de ensino, pesquisa e extensão acerca da Câmara Municipal;
- VIII – promover permanente intercâmbio de informações e experiências com instituições públicas e privadas, em assuntos atinentes à Câmara Municipal, notadamente em torno dos campos temáticos das comissões permanentes;
- IX – integrar com os programas Interlegis do Senado Federal, Escola do Legislativo da ALMG e entidades a fins, propiciando a participação de servidores, vereadores, agentes políticos e cidadãos em videoconferências e cursos presenciais e à distância;
- X – desenvolver programas objetivando a formação e a qualificação de lideranças comunitárias e políticas;
- XI – propor a celebração de convênios de intercâmbio de informações, experiências, conhecimentos e demais interesses pertinentes à Câmara Municipal com órgãos públicos ou entidades privadas no país ou no exterior;
- XII – propor a celebração de convênios com instituições credenciadas para ministrar cursos, no todo ou em parte, ou para efetuar pesquisas e outros projetos e eventos de interesse da Câmara Municipal;
- XII – desenvolver programas por meio de projetos, aprovados pelo conselho escolar, com planejamento adequado ao público-alvo;
- XIV – implementar qualquer modalidade de ensino-aprendizagem;
- XV – organizar grupos de estudo e pesquisa de assuntos de interesse da Câmara Municipal, sob orientação de profissional devidamente habilitado, com a aprovação do Conselho Escolar.

Art. 3º A Escola Legislativa tem a seguinte estrutura:

- I – direção;
- II – chefia da escola;
- III – assessor da Escola do Legislativo;

Parágrafo único: A direção da Escola Legislativa será exercida por um vereador eleito pela maioria simples do legislativo.

Art. 4º Compete ao diretor da Escola Legislativa:

- I – dirigir as atividades da Escola Legislativa e tomar as providências necessárias à sua regularidade e funcionamento, inclusive o provimento de recursos;
- II – compor e presidir o Conselho da Escola Legislativa;

- III – representar a Escola Legislativa junto à Mesa da Câmara e entidades externas;
- IV – elaborar relatório anual de atividades a ser apresentada à Mesa da Câmara;
- V – administrar os gastos da Escola Legislativa de acordo com a previsão orçamentária;
- VI – assinar certificados, documentos escolares e a correspondência oficial da Escola Legislativa;
- VII – cumprir e fazer cumprir o Regimento da Escola Legislativa;
- VIII – definir as linhas temáticas e as diretrizes de organização e funcionamento dos cursos, programas e eventos oferecidos pela Escola Legislativa;
- IX – definir as linhas temáticas e as diretrizes de fomento a estudos, pesquisas e formação especializada da Escola Legislativa;
- X – elaborar proposta orçamentária anual da Escola Legislativa;
- XI – aprovar a contratação de professores, instrutores, palestrantes, consultores e conferencistas da Escola Legislativa;
- XII – aprovar processos seletivos de docentes internos e externos submetidos pelo chefe da Escola Legislativa;
- XIII – aprovar os projetos institucionais elaborados e submetidos pelo chefe da Escola Legislativa referentes aos cursos, programas e eventos oferecidos;
- XIV – aprovar a programação anual de educação e capacitação permanente e de desenvolvimento de competências individuais e organizacionais, bem como respectivo cronograma, elaborados e submetidos pelo Chefe da Escola Legislativa;
- XV – propor à Mesa da Câmara a publicação de revista ou boletim dos resultados dos estudos e pesquisas e de outros relacionados com os objetivos da Escola Legislativa;
- XVI – exercer outras competências que lhe forem delegadas.

Art. 5º Ficam criados os seguintes cargos públicos de provimento em comissão:

Nomeclatura	Qtde	Ref.
Chefe da Escola do Legislativo	1	Assessor Legislativo I
Assessor da Escola do Legislativo	1	Assessor Legislativo II

Art. 6º As atribuições e requisitos dos cargos criados no art. 5º são os constantes no anexo desta Lei Complementar.

Art. 7º Será destinado recinto próprio para a Escola Legislativa no prédio da sede da Câmara Municipal.

Art. 8º Será editada resolução de autoria da Mesa da Câmara aprovando o regimento da Escola Legislativa.

Parágrafo único. O regimento da Escola Legislativa contemplará obrigatoriamente os critérios e formas de admissão dos profissionais do corpo docente, a fixação de seus direitos e deveres, e os critérios de ingresso dos alunos, seus direitos e deveres, e sua forma de avaliação.

Art. 9º Os recursos da Escola Legislativa serão previstos no orçamento anual da Câmara Municipal, ficando autorizadas as aberturas dos créditos necessários à implementação da escola no presente exercício.

Art. 10. Esta **RESOLUÇÃO** entra em vigor na data de sua publicação.

Ubá, 17 de Novembro de 2014.

Vinícius Samuel de Lacerda
VEREADOR
1º Vice Presidente

Rafael Faeda Freitas
VEREADOR

VEREADOR
Aldemir de Fátima

Rafael Faeda Freitas
VEREADOR

Samuel Luiz da Silva
VEREADOR

VEREADOR
Maurício Valadão Reimão de Melo
(Dr. Valadão)

Rafael Faeda Freitas
VEREADOR

JUSTIFICATIVA

Com a referência do Requerimento 223/14 aprovado por unanimidade faz a apresentação deste projeto de Lei que cria e implanta a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Ubá. Origina-se de demandas de parlamentares preocupados em criar um instituto destinado a aproximar a Câmara dos cidadãos, potencializar o debate político e fortalecer o processo legislativo, bem como capacitar servidores, cidadãos e agentes políticos, tornando mais efetivas a participação popular, a atuação da instituição, a democracia e a cidadania municipal. A Escola do Legislativo, ao priorizar a formação e a capacitação, visando à qualificação e ao aprimoramento das práticas parlamentares e a educação para a cidadania, torna-se consistente mecanismo de gestão do conhecimento, alavancando a evolução organizacional.

Nos últimos anos, as escolas do legislativo proliferaram nas casas parlamentares brasileiras, em geral, com o propósito de qualificar o corpo de servidores, entidades sociais e ampliar a participação e o debate político e contribuir para o fortalecimento da cidadania. Entretanto, muito mais que aprimorar práticas tradicionais da atividade parlamentar, as escolas defrontaram-se com desafios inéditos provenientes de um novo desenho da política no contexto de crescente globalização.

Nesse contexto, as escolas têm-se apresentado como uma das formas de se apontarem novas possibilidades de atuação parlamentar, capazes de reverter o quadro de desinteresse e de descrença dos cidadãos em relação às instituições políticas. Organismos estáveis, que contam com corpo de especialistas e docentes, elas podem assegurar a continuidade e a permanência de programas de estudos, de pesquisas e de formação, geradores de saberes, e de informações imprescindíveis à produção e à atuação parlamentar qualificada. É, portanto, em consonância com o processo de revitalização das casas parlamentares, disseminado por todo o País, e com as estratégias de gestão do conhecimento nas organizações - fator estratégico de atuação institucional que se apresenta o projeto de implantação da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Ubá.

**DESCRIÇÕES E REQUISITOS DOS CARGOS, CONFORME O ARTIGO 6º DA
PRESENTE LEI COMPLEMENTAR.**

Cargo Chefe da Escola Legislativa	Nível Único
---	-----------------------

Descrição Resumida
Chefiar e tomar as providências necessárias para o andamento das atividades da Escola Legislativa, sob as ordens da direção, do Conselho Escolar e da Mesa da Câmara.

Descrição Detalhada
- supervisionar e coordenar as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Permanente e Projetos Especiais e pela secretaria, em suas respectivas áreas de competência;
- proceder levantamento de lacunas de competências e de necessidades de desenvolvimento e capacitação contínua no âmbito da Câmara Municipal;
- acompanhar e avaliar o desenvolvimento de cursos, programas e eventos e o desempenho dos instrutores, professores e conferencistas;
- realizar processos seletivos de docentes internos e externos e submetê-los a aprovação da diretoria;
- elaborar projetos institucionais referentes aos cursos, programas e eventos oferecidos e submetê-los a aprovação da diretoria;
- elaborar programação anual de educação e capacitação permanente e de desenvolvimento de competências individuais e organizacionais, bem como respectivo cronograma e submetê-los a aprovação da diretoria;
- executar outras atribuições afins.

Habilidades e Competências			
Formação	Ensino superior completo	Especialização	Nenhuma
Experiência	Nenhuma	Sexo	Masculino ou feminino
Idade	Superior a 18 anos	Liderança	Constante
Esforço Físico	Nenhum	Esforço Mental	Moderado

Formas de Ingresso	Nomeação
---------------------------	----------

Descrição do Local de Trabalho

Jornada de trabalho	40(quarenta) horas semanais, de 2ª a 6ª feira.
----------------------------	--

Riscos Ambientais (não quantificados)		
Risco	Agente	Caráter da exposição

Conclusão da exposição ambiental:

Cargo Coordenador de Núcleo da Escola Legislativa	Nível Único
---	-----------------------

Descrição Resumida Criar e manter as condições adequadas para desenvolvimento das atividades da Escola Legislativa, em especial as de direção, da chefia e do Conselho.

Descrição Detalhada
- manter atualizados os registros dos alunos;
- manter base de dados de profissionais, instrutores, especialistas e entidades conveniadas;
- prover as necessidades de material e infraestrutura para o desenvolvimento das ações da Escola Legislativa;
- lavrar as atas das reuniões do conselho escolar;
- manter os serviços administrativos da Escola Legislativa;
- exercer outras competências que lhe forem atribuídas.

Habilidades e Competências			
Formação	Ensino superior completo	Especialização	Nenhuma
Experiência	Nenhuma	Sexo	Masculino ou feminino
Idade	Superior a 18 anos	Liderança	Constante
Esforço Físico	Nenhum	Esforço Mental	Moderado

Formas de Ingresso	Nomeação
---------------------------	-----------------

Descrição do Local de Trabalho

Jornada de trabalho	40(quarenta) horas semanais, de 2ª a 6ª feira.
----------------------------	--

Riscos Ambientais (não quantificados)		
Risco	Agente	Caráter da exposição

Conclusão da exposição ambiental: